

## PRÉ-VESTIBULARES COMUNITÁRIOS E CIDADANIA NO BRASIL PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988

### COMMUNITY PRE-VESTIBULARS AND CITIZENSHIP IN BRAZIL AFTER 1988 CONSTITUTION

Julio Mendes de Assis<sup>1</sup>

Thamires da Silva Ribeiro<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo é parte constitutiva dos nossos estudos e pesquisas acerca dos Cursos Pré-Vestibulares Comunitários e a histórica luta por direitos de cidadania de negros, pobres e outros grupos historicamente discriminados. Neste sentido, nossa reflexão no tocante a luta desse movimento social urbano de educação popular pela conquista da “cidadania plena” dos seus alunos, será perpassada pelo contexto da violência, pois percebemos que as classes “dominantes” historicamente utilizam este recurso para a manutenção do “poder simbólico” sobre os “dominados”. Contudo, para compreensão dos dilemas históricos, iremos contextualizá-los politicamente no Brasil, onde enfatizamos o papel dos movimentos sociais, sobretudo a partir do período de redemocratização do país.

**Palavras-Chaves:** Pré-Vestibulares Comunitários, Movimento Social e Cidadania.

**ABSTRACT:** This article is a constitutive part of our studies and research on Community Pre-College Entrance Examination Courses and the historic struggle for citizenship rights of blacks, the poor, and other historically discriminated groups. In this sense, our reflection on the struggle of this urban social movement of popular education for the achievement of the “full citizenship” of its students, will be permeated by the context of violence, because we realize that the “dominant” classes historically use this resource to maintain the “Symbolic power” over the “dominated” ones. However, to understand the historical dilemmas, we will politically contextualize Brazil, where we emphasize the role of social movements, especially from the period of redemocratization of the country.

**Key words:** Community entrance exams, Social movement and citizenship

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta como questão central o movimento social urbano de educação popular denominado Cursos Pré-Vestibulares Comunitários - CPVCs e

---

<sup>1</sup> Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Mestre em Serviço Social pela PUC RJ e Curso de Extensão Classes Comunitárias Pré-Técnicas: Saberes e Práticas Socioeducativas – Departamento de Educação da PUC RJ. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1924315489531852>. E-mail: [juliojpjleste1@gmail.com](mailto:juliojpjleste1@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Mestre em Serviço Social pela PUC RJ e Pós Graduada em Desenvolvimento Humano Integral Formação Holística de Base na Abordagem Transdisciplinar pela Universidade Internacional da PAZ Rio de Janeiro. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8648596011826536>. E-mail: [thamires.unipaz@gmail.com](mailto:thamires.unipaz@gmail.com)

a luta deste movimento pelos direitos de cidadania para negros e pobres pela via da inserção destes sujeitos no ensino superior brasileiro. Nesse sentido, iniciamos por contextualizar política e socialmente o Brasil no período da redemocratização do país, isto é, no Pós Constituição de 1988, onde houve a retomada dos direitos políticos de participação, organização, associação e, também, o direito de votar e ser votado. É neste contexto que Coutinho (1999), vai dizer que “cidadania” deve ser articulada com democracia e soberania popular, três expressões que significam a mesma coisa, ou seja, uma nova concepção de cidadania se inicia a partir da reabertura política do Brasil.

A contextualização histórica deste período é importante para compreensão da (re)organização dos movimentos sociais, que por ocasião da reabertura política do Brasil passaram reivindicar direitos que reafirmavam suas identidades de raça, gênero, orientação sexual, etc., esses movimentos trouxeram novas formas de organização e articulação, pois reuniam pautas históricas e demandas atuais. Neste contexto, Paiva (2010), destaca o movimento negro, pois reunia essas características e porque seus militantes participaram ativamente da agenda política do Brasil, pressionaram o Estado e a sociedade brasileira por políticas públicas de reparação histórica, sobretudo os CPVCs que lutavam por políticas de ação afirmativa de acesso ao ensino superior.

Enfim, analisaremos a luta dos CPVCs considerando as correlações de forças existentes naquele momento, sobretudo observando que esses embates são permeadas pela égide da violência institucional recurso histórico utilizado pelas classes dominantes no Brasil, conforme destaca Adorno (1995), pois o acesso de negros e pobres, grupos historicamente pertencentes as classes “dominadas”, às universidades brasileiras coloca em risco o “poder simbólico”, Bourdieu (2011), das classes “dominantes” e possibilita o deslocamento de quem detêm o poder.

## **OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CIDADANIA NO BRASIL NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO**

O final da década de 1980 ficou marcado pelo período de redemocratização do Brasil após décadas de regime de exceção. Este período histórico do Brasil o qual nos referimos foi de grande efervescência para os diversos grupos e movimentos sociais,

pois estamos falando do Pós Constituição Federal – 1988, onde esses movimentos sociais tiveram importante participação na sua formulação e promulgação, Nesse contexto, o novo cenário proporcionou o ambiente propício para o fortalecimento de grupos sociais com identidades definidas de raça, sexo, etnia etc., que exigiam seus direitos culturais e coletivos.

Com o final da ditadura militar algumas formas de participação na sociedade brasileira tornaram-se possíveis, sobretudo a participação na esfera política do país, por isso, a Constituição Federal de 1988 que ficou conhecida como “Constituição Cidadã”, pois, no seu processo de construção, houve uma ampla participação popular por meio dos movimentos sociais, sindicais e outras associações que tinham em comum a retomada da democracia simbolizada pelo movimento das Diretas Já. Nesse contexto, destacamos as Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s e as Pastorais Sociais da Igreja Católica advindas da Teologia da Libertação iniciada no Brasil desde 1975, além disso, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980, a criação da Central Única Trabalhadores (CUT) e o surgimento de movimentos sociais urbanos, tais como as associações de moradores, representações de classes e o movimento social urbano de educação popular: os Cursos Pré-Vestibulares Comunitários - CPVCs.

Os movimentos sociais trazem novas formas de interlocução e participação no espaço público e, inauguram assim, uma nova forma de pensar direito e cidadania. Neste sentido, apresentam na pauta de discussão reivindicações atuais e antigas demandas de efetivação de seus direitos de cidadania. No período ao qual estamos nos reportando podemos destacar a participação de grupos que lutavam pelos Direitos Humanos; Gênero, Direitos da População LGBT, Pessoas com Deficiência, Questão Racial, ou seja, grupos historicamente desfavorecidos.

Os “novos movimentos sociais”, durante as décadas de 1980 e 1990, trouxeram para o cenário político brasileiro novos atores, antigas demandas e questões inéditas, que alteraram especialmente a dinâmica política do país. Nesse novo contexto começaram a se organizar grupos sociais com identidades definidas – por raça, sexo, etnia, entre outros -, que exigiam seus direitos culturais e coletivos. Era uma nova forma de pensar direito e cidadania. (CLAPP: 2008; 128).

É importante destacar que não se trata de movimentos sociais que tinham acabados de ser fundados, mas foram chamados de “novos” porque apresentaram naquele momento *“formas originais de se organizar, articular e manifestarem-se”*. É

neste contexto de efervescência social e política do país, isto é, período de transição democrática que permitiu a disseminação desses movimentos sociais. Contudo, era um momento de reconstrução do Estado Democrático de Direito e de inauguração de um novo momento no país onde a participação popular e da sociedade civil organizada era fundamental, isto é, um novo conceito de controle social a partir da criação e ocupação de espaços de participação política.

Ainda com os resquícios do período de exceção e autoritarismo o exercício da cidadania passou a ter o significado da ampliação do espaço público e da busca pela consolidação dos direitos. É o que a Ângela Paiva (2010) vai chamar de espaços<sup>3</sup> públicos importantes para instâncias geradoras de identidade. Desse modo, essa participação se dará pela via dos movimentos sociais de diversas expressões, o que diria (Gohn, 1992, p. 106) “direito da gente”. Enfim, mais do que afirmar o momento era de não abrir mão de nenhum direito e de conquistar novos direitos de cidadania.

Assim sendo, sobretudo, nos anos 1990 que houve uma espécie de convulsão social causada pela articulação e atuação em rede dos movimentos sociais passaram a reivindicar e impor pautas como: a defesa do meio ambiente, o acesso a bens culturais, demandas de conteúdo econômico, direitos de igualdade para negros, mulheres e homossexuais, isto é, bandeiras de luta de grupos coletivos que no imaginário da sociedade eram grupos invisíveis e, por isso, cobram seus direitos de liberdade, justiça e igualdade.

Com essas características que acabamos de destacar acima também podemos identificar o movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Comunitários - CPVCs, que diante da conjuntura favorável daquele momento, colocam na agenda do país a questão das desigualdades de representatividade nas universidades brasileiras e desta forma tornando inevitável o debate sobre a questão racial na sociedade brasileira.

Essa é uma história longa e cheia de meandros, e certamente estão sendo trazidas aqui apenas algumas das circunstâncias mais

---

<sup>3</sup> Fazendo um pequeno parêntese, cabe aqui lembrar como organizações importantes da sociedade civil lograram fornecer espaços públicos importantes para instâncias geradoras de identidade num momento em que a esfera pública ainda estava sob controle de governos militares. É o caso das várias organizações profissionais que foram locus de resistência durante o fechamento político ou, ainda, das diversas pastorais que surgiram nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, que foram cruciais no momento de transição democrática. E esta pode ser uma das apostas no revival da sociedade civil (Costa, 2002): as novas possibilidades de organização no espaço público colocam em relevo a importância da sociedade civil para equação do dilema da desigualdade brasileira. (PAIVA: 2010: pág. 29)

importantes que expliquem essa confluência entre atores, ação governamental e a produção de mudanças estruturais na esfera pública. E como terceiro e último ponto a ser destacado para essa confluência na década de 1990, vale lembrar a criação de inúmeros vestibulares comunitários, que trazem uma nova alternativa para que “negros e carentes” possam se preparar para o vestibular. Se antes essa preparação era restrita às classes média e rica pelo alto custo, os pré-vestibulares comunitários vão trazer novos candidatos para o vestibular. Com as políticas de cotas, esse acesso passa a ser uma realidade efetiva. Como resultado concreto, há uma parcela expressiva de jovens moradores da periferia ou de favelas que passam a estar em condições mínimas de igualdade de chegar ao vestibular. (PAIVA: 2010, 32).

A relevância desse movimento para o país no momento importante de retomada da democracia onde se questionava que tipo sociedade havíamos nos tornado, com tantas riquezas e desigualdades na mesma proporção. Esse debate tinha que passar necessariamente pelo modelo de universidade que temos no Brasil, que não representa a diversidade do país. Portanto, coube ao movimento dos CPVCs o papel de questionar não só a comunidade acadêmica, mas a sociedade brasileira como um todo e assim sendo, cobrar ao Estado brasileiro políticas públicas de acesso ao ensino superior.

E ademais, o debate sobre cidadania no Brasil nos é muito caro, principalmente no que tange ao período histórico sobre o qual estamos discorrendo. Contudo, existem várias noções sobre cidadania, ou melhor, ao longo dos acontecimentos históricos o conceito de cidadania passou por transformações que nos possibilita uma análise não apenas por um viés, mas por diversas vertentes. Nesse contexto, um dos autores que têm uma abordagem sobre a cidadania que consideramos relevante, por trazer a noção de **cidadania** articulada com **democracia** e **soberania popular**, é Carlos Nelson Coutinho (1999). O autor vai ressaltar que são “três expressões, para em última instância, dizer a mesma coisa”. Todavia, o que o Coutinho quer chamar atenção para a seguinte questão, não é mais possível pensar cidadania sem participação, isto é, cidadania na prática, no sentido amplo da palavra ou em síntese, é o que hoje chamamos de cidadania plena.

Não obstante, o tocante a essa noção de cidadania que Coutinho aborda só é possível pensar no ambiente do Estado democrático de direito, isto é, em uma democracia e no Brasil, isso só foi possível a partir do fim do regime militar que perdurou por duas longas décadas.

“Após 21 anos de vigência de regime autoritário (1964-85), a sociedade brasileira retornou à normalidade constitucional e ao governo civil. A reconstrução democrática e ao novo regime político acenaram para substantivas mudanças, entre as quais conviria destacar as seguintes: ampliação dos canais de participação e representação política; alargamento do elenco dos direitos (civis, sociais e políticos); desbloqueio da comunicação entre sociedade civil e Estado; reconhecimento das liberdades civis e públicas; abolição das organizações paramilitares ou organismos paralelos à segurança pública; maior transparência nas decisões e procedimentos políticos; sujeição de poder público ao império da lei democraticamente votada, existência de eleições livres. (ADORNO: 1995: 301).

Neste sentido, Adorno vai dizer mais adiante que essa reabertura por si só não efetivou a instauração do Estado democrático de direito no Brasil, isso é um fato. No entanto, a reabertura foi fundamental para que outros direitos pudessem ser conquistados. Todavia, quando nos remetemos ao período do regime militar no Brasil, a primeira imagem que nos recordamos é da violência institucional que foi um traço muito forte desse período histórico, sobretudo a questão da violência física pelo uso da força utilizada pelo aparato repressivo do Estado para coagir e desmobilizar os movimentos sociais, grupos, sindicatos e associações. Contudo, chama nossa atenção o destaque que o autor traz no tocante a violência simbólica, que o Adorno vai dizer que a história da sociedade brasileiro pode ser contada como uma histórica social e política da violência. Contudo, a violação dos direitos fundamentais como, o direito à livre manifestação; ir e vir, organização e associação, participação, enfim, direitos de cidadania, são também formas de violência simbólica.

Neste contexto, Coutinho traz exemplificação do que ele compreende como cidadania plena:

Por exemplo: não cidadania plena (ou, o que é o mesmo, não há democracia), sem o que o Marshall chamou de “direitos políticos”, isto é, sem a retomada daquela dimensão da cidadania que era própria dos gregos. Ora, se é verdade que os regimes liberais, que consolidaram a dimensão burguesa, asseguraram (ainda que nem sempre e nem todos) os direitos civis, é também verdade que não fizeram o mesmo em relação aos direitos políticos. E quais são esses direitos? Além do direito a votar e ser votado, que é um dos principais meios de assegurar a participação na tomada de decisões que envolvem o conjunto da sociedade, temos ainda – precisamente como condição para que essa participação se torne efetiva – o direito de associação e de organização. Esses direitos, pelo menos até o final do século XIX, foram negados à grande maioria da população, mesmo nos regimes liberais. (COUTINHO:1999; 9).

Vale ressaltar que no Brasil o direito ao sufrágio só se tornou universal com a Constituição de 1988 onde o voto dos analfabetos foi garantido. Portanto, o autor vai ressaltar algumas vezes que é impossível pensar “cidadania plena” sem participação de todos. Nesse contexto, vale destacar a importância do direito de associação e organização que não se refere apenas a filiação a um partido político ou do direito de votar e ser votado, mas das diversas formas e espaços de participação popular e mecanismos de controle social. A negação de tais direitos influencia diretamente na vida das pessoas, sobretudo os grupos mais vulneráveis que são a grande parte da população. Não obstante, sabemos que o exercício da participação política nesses espaços é um caminho para conquista de outros direitos, pois a regulamentação de direitos em constituições não é suficiente para materialização das políticas públicas que efetivem direitos.

Todavia, retomando o aspecto destacado por Adorno sobre a história social e política do Brasil na perspectiva da violência, temos a clareza de que não existe direito conquistado para sempre, a priori, nada está consolidado e muito menos os direitos são dados de boa vontade. O processo é tenso, violento, conflituoso e muitas vezes letal, pois o que está em questão é a manutenção das coisas do jeito que elas são ou teoricamente como sempre foram. Permitir o acesso universal a direitos é possibilitar que haja uma mudança ou virada de jogo, pois o que está em disputa é o poder e onde há disputa de poder a violência é utilizada como recurso, ora para manutenção do “status quo” de quem está no poder ou para mudança de quem detêm o poder.

“Sob essa perspectiva, a história brasileira pode ser contada como uma história social e política da violência. Os conflitos decorrentes das diferenças de etnia, classe, gênero, foram frequentemente solucionados mediante recursos às formas mais hediondas de violência. Basta lembrar a longa tradição de lutas populares, desde o século XIX, nas diferentes regiões do país, violentamente reprimidas (Adorno, 1988); a sucessão de golpes na estabilidade político-institucional que, no mínimo, comprometem a vigência e continuidade do Estado de direito; as agressões cometidas silenciosamente e quotidianamente no mundo doméstico contra mulheres, velhos e crianças; enfim, a vida dos estabelecimentos de isolamento e reparação social como sejam manicômios judiciários, prisões, delegacias de polícia, instituições de tutela de crianças e adolescentes. Em seus mais diversos espaços, disseminam-se na sociedade brasileira formas díspares de violência, carregadas de forte simbolismo, cujos propósitos têm por alvo não apenas reprimir direitos, alguns dos quais inclusive consagrados legalmente, como também conter reivindicações, impor pesadas barreiras à constituição de uma vida coletiva, autônoma e promover a reforma moral dos cidadãos

enquanto estratégia de dominação e de sujeição dócil de muitos à vontade de alguns. (ADORNO: 1995; 303).

É importante essa contextualização do autor porque não só ressalta a questão de como a sociedade brasileira se constitui pela égide da violência nas suas mais diversas formas de expressão, mas também porque destaca que os direitos que foram conquistados estão em constante ameaça e, isso é uma forma de violência simbólica utilizada como estratégia de dominação de uma classe em detrimento de outra. Entretanto, com base na concepção da cidadania que optamos por trabalhar aqui, isto é, “cidadania participativa” ou no dizer de Coutinho “cidadania plena”, temos alguns teóricos que se propuseram a dedicação a este tema que nos é tão caro. Todavia, no Brasil, José Murilo de Carvalho, em *Cidadania no Brasil o Longo Caminho*, traz um minucioso panorama histórico da concepção ou conceituação do termo cidadania no contexto brasileiro.

Nesse sentido, nossa interlocução com o autor citado acima, é justamente por causa da contextualização histórica no tocante a cidadania no Brasil. Entre outros aspectos, o autor demarca as estratégias do Estado brasileiro em diversos momentos da história em relação a iniciativas de organizações e movimentos populares que em alguns momentos se opuseram (tensionamento + conflitos) ao Estado/governo, na reivindicação por direitos de cidadania. Segundo o autor, a estratégia do Estado era uma espécie de contra golpe nos movimentos populares, ou seja, buscava a desmobilização por meio de concessão de direitos e isso, de certa forma, tirava o caráter de conquista dos direitos, isto é, a cidadania de cima para baixo, é que o Carvalho (2011) vai chamar de “estadania”. Neste contexto, o autor vai dizer que nunca houve conquista de direitos por meio de uma revolução popular no Brasil, pois toda vez que havia um ensaio de organizações e movimentos populares partindo de baixo para cima com objetivo de mudar a ordem vigente é possibilitar a ampliação de direitos, o Estado vinha com o aparato repressivo e uso da força ou com a estratégia de atender as reivindicações e, desta forma desarticular os movimentos populares com objetivo de manter a “ordem” do poder vigente.

Contudo, sabemos que há contradições e muitas contestações a esse ponto de vista de Carvalho, mas para corroborar com a produção do nosso trabalho, vamos deixar de lado as polêmicas e optar pelo caráter histórico dessa obra que nos ajuda na compreensão de como este conceito “cidadania plena” está em processo de construção contínua no Brasil, pois o Estado democrático de direito no país é muito



recente e a soberania popular ainda não está solidificada, pois estamos considerando que a Constituição Federal é de 1988, ou seja, são apenas 31 anos. Neste contexto, é interessante observar que a questão do cidadão brasileiro que exerce ou não os seus direitos e, portanto, “cidadão ativo” ou “cidadão passivo”, não é um debate recente.

A avaliação do povo como incapaz de discernimento político, como apático, incompetente, corrompível, enganável, que vimos nos debates sobre eleição direta, revela a visão míope, má-fé, ou incapacidade de percepção. É evidente que não se podia esperar da população acostumar-se da noite para o dia ao uso dos mecanismos de participação exigidos pela parafernália dos sistemas de representação. Mesmo assim, vimos que o eleitor do Império e da Primeira República, dentro de suas limitações, agia com racionalidade e que não havia entre os líderes políticos maior preocupação do que a dele com lisura dos processos eleitorais. (CARVALHO: 2011; 67).

Essa citação retrata a passagem do Império para Primeira República, mas pode ser facilmente confundida com a o período de transição do regime militar para a reabertura democrática no Brasil e isso corrobora com a tese que a “cidadania plena” ainda está em processo de construção, isto é, a população brasileira ainda está se acostumando às novas formas de participação política para o exercício da cidadania, parafrazeando Carvalho, temos “um longo caminho” pela frente. Todavia, conforme destacou Adorno (1995) acima, “*a sucessão de golpes na instabilidade político-institucional compromete a vigência e continuidade do Estado democrático de direito*”. Por sua vez, considerando a recente retomada da democracia no Brasil é importante destacar como marco histórico a Constituição de 1988, não somente a promulgação, mas também os fatos e acontecimentos que antecederam a mesma, isto é, o processo de construção que foi amplamente participativo por vários segmentos da sociedade brasileira.

Nesse contexto, já ressaltamos neste trabalho que os CPVCs, movimento social urbano de educação popular, de repercussão nacional, tiveram neste período importante participação na cena pública brasileira, pois colocaram na agenda política do país a questão racial no ensino superior e a importância das políticas de ação afirmativa como forma de democratizar o acesso e possibilitar uma reparação histórica no Brasil.

## **OS PRÉ-VESTIBULARES COMUNITÁRIOS E AS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA**

O debate sobre a questão racial no Brasil não era recente, mas já vinha de muito tempo sem que se tivesse por parte do Estado brasileiro a devida atenção que essa pauta merecia. Nesse sentido, os CPVCs são anteriores a este momento, pois de acordo com Santos (2003)<sup>4</sup>, o surgimento dos CPVCs remonta da década de 1970, com a criação de um Pré-Vestibular voltado para negros organizado pelo Centro de Estudos Brasil – África no Rio de Janeiro. Entretanto, foi em 1993, com a fundação do Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC, na Baixada Fluminense, mas especificamente em São João de Meriti – RJ que esse movimento social urbano de educação popular se consolidou e multiplicou-se não só na Baixada Fluminense, mas por toda região metropolitana do Rio de Janeiro.

A criação do primeiro núcleo do PVNC, 1993, é um marco importante para compreensão do que significou o movimento dos CPVCs e a questão do negro e do pobre nas universidades. A partir desta iniciativa em que houve uma congruência entre os Frades Franciscanos, a Pastoral Afro da Igreja Católica e o Movimento Negro, tem-se organicidade e capacidade de expansão sem precedentes para um movimento social de base como era o PVNC. É importante destacar que a capilaridade e a estrutura orgânica da Igreja Católica favoreceu a rápida multiplicação do número de núcleos do PVNC no Rio de Janeiro.

Foi, sobretudo, a partir do PVNC que se formou uma grande rede de CPVCs na década de 1990, os quais muitos como núcleos da sigla PVNC e outros semelhantes que tinham o PVNC como referência e que não traziam a questão racial como bandeira principal de luta, mas sim o acesso de outros grupos também

---

<sup>4</sup> A ideia da constituição de cursos pré-vestibulares para grupos socialmente desfavorecidos remonta, pelo menos, à década de 1970. Nascimento (2002) localiza em 1976 a criação de um curso voltado para negros, organizado pelo Centro de Estudos Brasil-África no Rio de Janeiro. Na década de 1980 também foram criados outros cursos, mas, foi na década seguinte que ocorreu uma difusão massiva desta iniciativa. A expressão mais importante desse processo foi o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), pelo número de núcleos que criou e congregou, e pelo seu caráter seminal – muitos cursos, mesmo que desvinculados dele, surgiram a partir da ação direta ou influência de seus militantes, difundindo seu formato e alguns de seus princípios organizativos e ideológicos. O PVNC constituiu uma rede que chegou a articular mais de setenta cursos pela região metropolitana do Rio de Janeiro. (Santos: 2003pág. 130).

desfavorecidos ao ensino superior. O Curso Pré-Vestibular Comunitário da Rocinha, por exemplo, trazia a questão do regionalismo, isto é, a ausência de nordestino nas universidades como questão principal.

Entretanto, outro aspecto característico que credenciou os CPVCs como um dos movimentos sociais urbanos de grande relevância na década de 1990 foi a participação das lideranças na esfera pública e em espaços de participação política com o posicionamento de cobrança de políticas de reconhecimento para negros e pobres.

O movimento tensiona o Estado e a sociedade sobre o sistema educacional brasileiro com uma clara crítica a elitização das universidades. Com o debate posto em evidência os CPVCs se multiplicaram por todo país e a pauta da ausência do negro no ensino superior ganhou repercussão nacional. Nesse contexto, com a luta do movimento negro e, também, do movimento feminista, surgem as primeiras políticas de reconhecimento no Brasil, sobretudo, no tocante ao movimento negro, surgiram as primeiras propostas de políticas de ação afirmativa.

No que tange especificamente as políticas de ação afirmativa de acesso ao ensino superior, nossos estudos e pesquisas evidenciaram que a militância dos CPVCs foi fundamental para que tais políticas fossem concretizadas. Entretanto, esse processo não se deu forma natural, pois no Brasil vivenciamos o mito da democracia racial e é forte o discurso da meritocracia, nesse sentido, o reconhecimento da legitimidade das políticas de reconhecimento é admitir que o Brasil é um país racista sim.

Segundo Henriques (2001), no Brasil as origens históricas e institucionais da desigualdade são diversas e ao longo dos tempos assim permaneceu banalizada na nossa sociedade como se fosse natural. Essa naturalização resulta da legitimação da exclusão de grupos sociais historicamente desfavorecidos e por consequência a cidadania plena é facultativa para os grupos privilegiados. Nesse sentido, a ação afirmativa tem como um dos seus objetivos uma reparação histórica. Em outras palavras, é o que Castel (2008), entre outros autores vai denominar de “políticas de discriminação positiva”.

Tendo por base essa colocação de Castel, é fácil constatar que a discriminação negativa impera no Brasil ao longo da sua história e mesmo após da promulgação da Constituição de 1988 e, sendo assim, a luta por políticas de ação afirmativa é um dos

caminhos para diminuir as desigualdades sociais que atingem uma parcela significativa da população brasileira restringindo o acesso a bens, serviços e, sobretudo aos direitos de cidadania.

No Brasil as políticas de ação afirmativa como forma acesso ao ensino superior é fato relativamente recente e se deu por meio de um processo conflituoso e que contou a participação de várias instituições da sociedade brasileira, com destaque aos os movimentos sociais, sobretudo o protagonismo do movimento negro nesse processo.

O Movimento Negro tomou várias iniciativas e pressionou setores, até que as políticas afirmativas começaram a entrar nas agendas dos governos. Neste sentido, merece destaque sua atuação na Conferência Mundial contra a Discriminação, em 2001, em Durban, África do Sul. Após esse encontro, desencadearam-se ações, no sentido de pressionar o Governo Federal para que cumprisse os compromissos assumidos, visando promover a inclusão. A partir disso, a temática racial começou a se institucionalizar como um dos grandes desafios da sociedade brasileira neste início de século. (SANTOS IN CARVALHO, FILHO E COSTA: 2005, 208 e 209).

A participação dos movimentos sociais nos espaços políticos e a cobrança de uma agenda para pautar a questão racial no Brasil trouxeram resultados exitosos principalmente no tocante as políticas de ação afirmativa para o ensino superior privado e público. Nesse contexto, nos remetemos aos CPVCs que articulados em redes cobraram uma maior presença do negro nas universidades brasileiras.

A PUC-Rio em 1994 começa a receber alunos negros e pobres oriundos do PVNC em seus cursos de graduação. O programa de bolsas ação social da PUC-Rio<sup>5</sup> é simbólico e carregado de significados para os alunos que ao longo dessas duas décadas e meia passaram pela PUC-Rio por meio dessa política de ação afirmativa. Contudo, a relevância dessa iniciativa é comprovada também no campo acadêmico, pois foi objeto de pesquisas e teses de doutorado que são de extrema importância para aqueles que se dedicam ao estudo dos CPVCs e das políticas de ação afirmativa.

---

<sup>5</sup> A PUC-Rio vem implementando uma política de ação afirmativa desde 1994, com objetivo de favorecer o acesso de camadas populares aos cursos de graduação, prioritariamente estudantes afrodescendentes e economicamente desfavorecidos. O Programa nasceu de um convênio estabelecido entre a PUC e o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), um movimento social de educação popular voltado para a inserção de estudantes afrodescendentes e de grupos populares nas universidades. O aluno do PVNC, quando aprovado no vestibular da PUC-Rio, recebia uma bolsa de ação social, o que possibilita cursar a Universidade com uma bolsa de estudos integral. A bolsa de ação social surgiu com a finalidade de atender, especificamente, aos alunos do PVNC, embora abrangesse, mesmo que em menor escala. (ANDREA CLAPP: 2008, pág. 127).

Todavia, além da função social que essa política de ação afirmativa significou para aqueles alunos, pertencentes a grupos sociais que até então não se enquadravam no perfil dos alunos da PUC-Rio, é importante destacar o que o Bourdieu (2011), chamou de poder simbólico.

Os sistemas simbólicos, como instrumento de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tem a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkeim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. Durkeim – ou, depois dele, Radeliffe, que faz assentar a solidariedade social no facto de participar num sistema simbólico – o mérito de designar a função social (no sentido do estruturo-funcionalismo) do simbolismo, autêntica função política que não se reduz a função da comunicação dos estruturalistas. Os símbolos são instrumentos por excelência de integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação (cf. análise durkheimiana da festa), eles tornam possíveis o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral. (BOURDIEU: 2011; 9 e 10).

Neste sentido, a chegada de alunos negros, pobres, majoritariamente oriundos da Baixada Fluminense na década de 1990 causou um impacto nas estruturas da PUC-Rio, pois o simbolismo que essa universidade carrega não somente no imaginário da sociedade brasileira, mas no sentido concreto dessa universidade da elite, é de proporção imensurável, todavia, aqueles alunos denegriram positivamente a imagem da PUC-Rio. Entretanto, os impactos causados pelas políticas de ação afirmativa da PUC-Rio não foi só no mundo social da universidade, mas também no mundo social e político das gerações posteriores oriundas dos mesmos lugares e/ou similares daqueles primeiros alunos egressos beneficiários da mencionada política.

E ademais, não é exagero ressaltar mais uma vez a articulação política dos CPVCs (leia-se aqui PVNC) para que a PUC-Rio abrisse suas salas para alunos que não tinham o perfil de uma universidade formadora de quadros da elite brasileira. Esta experiência tornou-se um marco histórico no que tange a política de ação afirmativa para o ensino superior no Brasil. No tocante a política pública a criação da Lei das Cotas (Lei 3.708/2001)<sup>6</sup> como acesso de alunos negros e pardos na UERJ também

---

<sup>6</sup> Institui cota de 40% (quarenta por cento) para população negra e parda no acesso as Universidades Estadual do Rio de Janeiro e Estadual do Norte Fluminense

contou com a participação dos CPVCs na luta para que o Estado institucionalizasse essa política.

“Esse processo de lutas institucionalização da políticas de cotas para negros, no Brasil, tem um importante agente político: O Movimento dos Cursos Pré-vestibulares Comunitários para Negros. Além de constituir a base concreta que, desde o início debate sobre as cotas para negros no final da década de 1990, serve de referência para os proponentes das políticas de cotas, os Cursos Pré-Vestibulares para Estudantes Negros e Negras, atuam ativamente no debate posicionando-se a favor da cota para negros e, mais do que isso, atuando politicamente, interna e externamente, através de aulas, textos, palestras, acordos e debates, audiências públicas, ações judiciais, manifestações e manifestos, em que fundamental suas posições, defendem, propõem, chamam atenção do Estado e da Sociedade, denunciam e reivindicam direitos e políticas de ações afirmativas de acesso e permanência para estudantes de origem popular negros/as”. (NASCIMENTO: 2012;04).

É nesse contexto, de luta pela ampliação das oportunidades para alunos negros, pobres, oriundos das favelas e áreas periféricas do Rio de Janeiro que os CPVCs se constituíram como movimento social urbano de educação popular de grande relevância. Todavia, trata-se de um processo de construção coletiva de cidadania que dialoga com o que Coutinho chamou de “cidadania plena”. Nesse contexto, no tocante ao perfil dos alunos dos CPVCs, percebemos a preocupação com a formação integral que abrange aspectos sociais e políticos para além da preparação para o vestibular. Contudo, nos espaços de disputa política que perpassou o debate para legitimação das políticas de ação afirmativa para o ensino superior, era comum a presença e participação ativa dos alunos de diversos núcleos de CPVCs.

As políticas de ação afirmativa para o ensino superior são, portanto, resultado da luta movimentos sociais e não podem ser compreendidas dissociadas dos CPVCs. Nesse contexto, a luta pela universalização da educação é uma questão histórica e ao mesmo tempo atual, pois, diz respeito diretamente ao modelo de sociedade vigente, onde as desigualdades sociais e econômicas são estruturais. Todavia, quando se tem a possibilidade de democratizar o acesso ao ensino superior e trazer para este lugar socialmente construído para as elites brasileiras, outros sujeitos que nunca tiveram acesso a esse direito, trava-se uma luta constante entre projetos societários. Contudo, é importante compreender o que está em jogo nessa correlação de forças e disputa de poder entre as classes e/ou grupos historicamente antagônicos.

Contudo, dezoito anos após a promulgação da Lei de Cotas (3.708/2001), a classe dominante ainda contesta a legitimidade da mesma e se utiliza dos

mecanismos disponíveis na estrutura do Estado democrático de direito para revogar a mesma e isso demonstra que na sociedade de classe onde quem detém o capital econômico é quem tem o poder, os direitos e, sobretudo, a cidadania plena estão em constante ameaça.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É impossível esgotar o debate sobre cidadania no Brasil, pois ao considerarmos os acontecimentos históricos (perpassados aqui superficialmente), percebemos que a chamada “cidadania plena” ainda está longe de ser alcançada. Contudo, ao articularmos cidadania e as nuances do conceito de “poder simbólico” de Bourdieu, sobretudo no locus acadêmico, que é um campo de disputa, pois se atribui a universidade o espaço de construção de conhecimentos por excelência, um lugar historicamente de exclusividade para uma determinada classe, mas que passa a ser disputado e ocupado pelos “dominados” que almejam fazer o deslocamento.

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo o poder assenta o capital econômico, têm em vista impõe a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem aos interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçado sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados ou intelectuais e artistas, segundo a época) tendem sempre a colocar o capital específico que ele deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização. (BOURDIEU: 2011; 12).

Enfim, o conjunto das relações hierárquicas são sócio-historicamente construídas, todavia, essa não é uma realidade estática, pois pode ser modificada na interação constante entre “dominantes” e “dominados”. Entretanto, quando analisamos o ensino superior com todo “poder simbólico” que representa este lugar, percebemos que a estrutura estruturante é feita para manutenção da lógica das coisas como elas sempre foram. Todavia, não é tarefa fácil para os que ocupam a posição de dominados (leia-se grupos historicamente discriminados), exercer a cidadania plena no campo onde predomina o poder econômico lugar histórico dos dominantes, por isso, mesmo com o reconhecimento legal no campo legislativo, as políticas de ação afirmativa para o ensino superior são objeto de luta e disputa política entre as classes antagônicas.

Nesse sentido, é importante buscar uma compreensão mais aprofundada do conceito de “poder simbólico” de Bourdieu, pois este pode oferecer outras chaves de leitura para ampliarmos a reflexão que iniciamos neste trabalho.



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

*Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012.* Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

ADORNO, Sérgio, *A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada.* In: Revista Sociedade e Estado, vol X, n 2, jul/dez: 299 – 342, 1995.

ALVAREZ, Sônia. DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (org). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos.* Ed. CFMG. Belo Horizonte. 2000.

BENEVIDES, Maria, Victoria. *Cidadania e Direitos Humanos.* Ed. IEA/USP. São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, 15ª edição, Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2011

BRANDÃO, Carlos, Rodrigues. *O que é Educação Popular.* Ed. Brasiliense. São Paulo. 2006.

CARVALHO, José, COSTA, Renato e FILHO, Hélcio. *Cursos Pré-Vestibulares Comunitários – Espaços de mediação pedagógicas.* Ed. PUC-RIO, 2005. DAGNINO, Eveline. *Anos 90 e Sociedade no Brasil.* Ed. Brasiliense, 1994.

CARVALHO, José M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, 11ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson, Grasmci. *Um estudo sobre seu pensamento político.* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007. Cap 1. João

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade.* Ed. Paz e Terra Ltda. Rio de Janeiro. 2011.

GIL, Antônio, C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.* Ed. Atlas S.A. São Paulo. 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.* São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Joaquim. *A recepção do Instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro.* Revista de Informação Legislativa. Brasília, 2001.

NASCIMENTO, A. do. *O movimento dos Cursos Pré-Vestibulares para Negros e a Política de Cotas nas Instituições de Ensino Superior.* Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

SALVADOR, Andreia Clapp. *A Gênese da política de ação afirmativa da PUC-RIO. Uma parceria entre Universidade e Movimento Social.* Rio de Janeiro. Ed. PUC-RIO, 2008.

SANTOS, Renato E, LOBATO, F. *Políticas públicas contra as desigualdades raciais.* In: Coleção Políticas da Cor. Ed. DP&A. 2003.